

**ACTA NÚMERO 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2010**

Aos 18 dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, reuniu, ordinariamente pelas 9.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, o senhor Manuel Antunes de Magalhães e o Prof. Carlos Macedo respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dra. Octávia Clemente, Dr. Abel Coelho, Dr. Hélder Ferreira, Senhor Carlos Pereira, Dr. José Luís Gaspar, Dra. Maria José Castelo Branco, Dr. António Araújo e Dr. Jorge Mendes, respectivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

**Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:**

Pedro Cunha, Ercília Costa, Amélia Oliveira, Raimundo Carvalho, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Avelino Teixeira Carmo, Henrique Baptista, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Carlos Marque Macedo, Manuel Basto Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Carla Babo, Cristina Lucinda Teixeira, Joaquim Cândido Leite Moreira, **Oswaldo Magalhães**, Carlos Manuel Azevedo Pereira, Fernando Silva Soares Carneiro, Sara Luísa Maia, Maria Rosa Estebainha, Eduardo Oliveira Pinheiro, Vítor Briga Rei, **Hernâni Carneiro**, **Elisa Antunes**, **Jorge Daniel Bessa Pinto**, **Fernando Gabriel Teixeira**, Raquel Canito, José Augusto Silva, Hélder Justino Barros, Fernando Carlos Cerqueira, Adriano Santos, Susana de Fátima Mesquita Ribeiro, Manuel Cândido Mendes Costa, Luís Teixeira Ricardo, José Francisco Rodrigues, **Maria de Lurdes Monteiro Ribeiro**, Ana Rita Batista e Maria de Fátima Peixoto.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia  
ABOADELA – António Joaquim R. Gonçalves  
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura  
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho  
ATAÍDE – Lino Manuel S. Macedo  
BUSTELO – Carlos Alberto Pereira Gomes  
CANADELO – António Dias Vitória

CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho  
CARNEIRO – Joaquim Briga  
CARVALHO DE REI – Alexandra Morais  
CEPELOS – Américo Paulo S. Ribeiro  
CHAPA - António Cândido Alves Pinheiro  
FIGUEIRÓ ( St<sup>a</sup> Cristina) – Fernando Teixeira Mendes  
FIGUEIRÓ (S<sup>o</sup> Tiago)– Daniel Pinheiro  
FREGIM – Joaquim Ribeiro Sousa e Castro  
FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho  
FREIXO DE CIMA – Abílio Neves  
FRIDÃO – José Manuel Magalhães Teixeira  
GATÃO - Joaquim Augusto Pinto Coelho  
GONDAR – António Bastos Teixeira  
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro  
JAZENTE – Manuel Pinheiro  
LOMBA –Paulo Vasconcelos  
LOUREDO – Carlos Magalhães  
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães  
MADALENA – António Pinheiro, substituído por Alfredo Carvalho  
MANCELOS – Carlos César Carvalho  
OLIVEIRA - Vítor Hugo Rocha Vieira  
OLO – Manuel António Leite Ribeiro  
PADRONELO – Luís Silva, substituído por Ricardo Teixeira  
REAL – José Augusto Sousa Oliveira  
REBORDELO – José Meireles Machado, substituído por Paulo Ribeiro  
SALVADOR – António Gomes Pinheiro  
SANCHE – Henrique Monteiro  
TELÕES – Domingos Teixeira Pinheiro, substituído por Agostinho  
Sousa  
TRAVANCA – Fernando Cunha  
VARZEA – Abílio Sampaio  
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo  
VILA CHÃ – Rui Coelho  
VILA GARCIA – Manuel Teixeira

Antes de ser feita a respectiva chamada para verificar a existência de Quórum foi dada posse a dois novos elementos que vieram fazer substituições: Assim, foi dada posse a Maria de Lurdes Monteiro Ribeiro, representante da CDU em substituição de António Duarte, e Osvaldo Magalhães, do PSD em substituição de Joaquim Vieira Soares. Verificada a existência de quórum foi dado início aos trabalhos.

Foi de imediato dado início à leitura da correspondência, que se encontra em pasta própria no processo desta sessão.

Passou-se de seguida para o Período de Antes da Ordem do Dia. Inscreveram-se os senhores:

**DRA. ANA RITA BATISTA – PSD**

Na sua intervenção a senhora deputada fez uma intervenção relacionada com o desemprego que “é um dos problemas sociais que mais

ansiedades e preocupações gera na nossa população”. A intervenção encontra-se nos anexos desta acta – ANEXO 1-, onde pode ser lida na integra.

#### **SR. ILIDIO PINTO – PRESIDENTE DA JUNTA DE C. REI**

O senhor Presidente da Junta de Carvalho de Rei, fez uma intervenção relacionada com o recente processo eleitoral dos Bombeiros Voluntários de Amarante. A intervenção – ANEXO 2 – encontra-se nos anexos desta acta onde pode ser lida na integra.

No seguimento desta sua intervenção o senhor Presidente da Junta referiu-se também a uma escritura pública celebrada entre os Bombeiros e Câmara Municipal acerca da cedência de dois lotes de terreno na Bouça do Pombal para a construção de um Bairro de 32 habitações. A intervenção encontra-se nos anexos desta acta – ANEXO 3 – onde pode ser lida na integra.

#### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

O senhor deputado fez uma intervenção sob titulo “Protesto”, onde se refere ao conteúdo de um blog assinado pelo também senhor deputado municipal Hélder Barros. A intervenção encontra-se nos anexos desta acta – ANEXO 4 – onde pode ser lida na integra.

#### **MARIA DE LURDES RIBEIRO – CDU**

A senhora deputada fez, neste período da Assembleia Municipal uma intervenção relacionada com a crise económica e social que se vive em Amarante, causas do elevado desemprego que tem neste momento uma taxa de 15,9% muito superior à média nacional. A sua intervenção encontra-se nos anexos desta acta - ANEXO 5 – onde pode ser lida na integra.

#### **DRA. ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra, a senhora deputada começou por referir-se à quantidade de pontos que hoje a agenda de trabalhos tem. Começa a ser tempo de na reunião de líderes se definir a agenda tal e qual hoje a conhecemos, porque tem sido prática corrente aparecer apenas um ou dois pontos e uns dias depois recebemos uma agenda extensa.

Fez de seguida uma intervenção a que chamou “uma pequena lista de prendas para o senhor Presidente da Câmara presentear os Amarantinos”. A intervenção encontra-se nos anexos desta acta – ANEXO 6 – onde pode ser lida na integra.

#### **DRA. ERCILIA COSTA – PS**

No uso da palavra começou por desejar um Bom Natal e um Bom ano 2011 a todos os presentes.

De seguida disse que quer ela quer a bancada do Partido Socialista não têm conhecimento do blog a que o senhor deputado Eng. Henrique Baptista se referiu.

Continuou a sua intervenção referindo-se ao êxito que tem sido a política educativa em Portugal. Referiu o Programa PISA, e ao seus relatórios, onde é dado especial relevo à política de educação que tem sido seguida em Portugal. Parece que Portugal está no ritmo certo da educação. Isto deve-se à conjugação de vários factores. Amarante, segundo dados do INE está muito bem posicionada a nível da educação, por isso dá os parabéns a todos aqueles que de algum modo contribuem para estes valores. Pediu à Câmara que continue a investir na educação.

#### **DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD**

No uso da palavra começou por referir-se às palavras do senhor deputado Eng. Henrique Baptista dizendo-lhe que não conhecia nem o texto nem o blog que ele referiu. Mas, se era assim tão grave podia-lho ter feito chegar. Disse também ao senhor Eng. Baptista se por acaso ele quiser exercer o lugar com deputado Independente pode fazê-lo uma vez que o Regulamento lhe permite usar desse direito.

#### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA - PSD**

No uso da palavra disse que não há nada mais sagrado na vida do que a liberdade de expressão. Ele é livre e foi para isso que foi feito o 25 de Abril. Não reconhece à líder do PSD autoridade para o aconselhar a demitir-se. O partido em órgãos próprios para decidir isso. Terminou a dizer que gostava que toda a gente fosse tão bem educada quanto ele é.

#### **DR.PEDRO CUNHA – PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Usou da palavra para dizer que não conhecia o blog. Leu agora um pequeno extracto. É importante que todos nos saibamos respeitar seja no dia a dia, seja nos blogs. Não ofende nem gosta de ser ofendido.

Disse também que está de acordo com o que senhora deputada Elisa Antunes disse e pede para que os assuntos da Câmara cheguem à reunião de líderes atempadamente, para que não se tenha uma agenda no dia da reunião e apareça depois outra no dia da reunião da Assembleia Municipal.

#### **DR. ARMINDO ABREU - PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra começou por responder ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e à senhora deputada Elisa Antunes dizendo-lhes que os assuntos e os documentos são entregues dentro do prazo legal.

Respondeu de seguida à senhora Deputada Dra. Rita Batista, a quem deu a conhecer os números insertos no Anuário de Estatística da Região Norte. Assim, Amarante tem inscritos como beneficiários do subsídio de desemprego 2681 pessoas, enquanto que o Marco tem 3178 e Paredes 4985. No que diz respeito aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, Amarante tem inscritos 3230, Marco 5387 e Paredes 7143.

No que diz respeito à educação o índice de retenção no 3º ciclo é de 6,8%, enquanto que a média nacional é de 14%.

Continuou a sua intervenção dizendo que em Amarante 70% dos desempregados são mulheres e parte delas nunca estiveram no mercado de trabalho. Por outro lado, tem uma taxa de absentismo muito elevada e sendo assim quem é que quer empregar mulheres?

Perante os números, não sabe para onde vão emigrar. A Dra. Rita é uma jurista, tem responsabilidades acrescidas e como tal deve ter cuidado com os números que diz.

Respondeu de seguida ao senhor Ilídio Pinto, dizendo que ele tem o condão de saber quem votou em quem. Quando fala dos Bombeiros devia ter um bocado de decoro, porque primeiro deve olhar para o espelho e só depois falar. Ficava-lhe muito melhor.

Quanto aos terrenos, disse-lhe que os Bombeiros não cumpriram e por isso, qualquer dia, a Câmara vai exercer o direito de reversão. Agora, não lhe parece que nenhum deputado queira prejudicar os bombeiros.

Disse de seguida ao Eng. Baptista, que quem escreve nos blogs não devia esconder-se. Devia assumir e assinar o que escreve. O que efectivamente foi escrito espelha o nível de muitos dos professores que por aí andam.

Terminou a intervenção dizendo à senhora deputada Elisa Antunes que ela está já formatada para aquilo que diz. A intervenção que ela hoje fez relativamente às prendas que refere, não é mais que um texto formatado. Relativamente ao gás disse-lhe que não há grande solução para além daquela que foi encontrada. Ou se embutiam nas paredes ou se acabava com o fornecimento de gás. Quando se tentou embuti-las nas paredes das casas, a maioria dos proprietários não deixou.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor deputado Eng. Henrique Baptista fez uma interpelação à Mesa da Assembleia, dizendo que por um lado o senhor Presidente da Assembleia é o garante dos princípios da mesma. Por outro lado a líder do PSD aconselhou-o a passar à condição de Independente. Pediu então ao senhor Presidente da Assembleia que resolva este paradigma.

O senhor Dr. Pedro Cunha, usou então da palavra para lhe dizer que ali ele está eleito com membro da bancada do PSD. Novas situações terão de ser resolvidas nos locais próprios.

#### **DRA . ANA RITA BATISTA – PSD**

No uso da palavra disse ao senhor Presidente da Câmara que os números que ela usou são de Outubro e do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Disse também que ficou chocada com as palavras do senhor Presidente da Câmara relativamente à discriminação no emprego para as mulheres.

#### **SR ILIDIO PINTO – PRESIDENTE DA JUNTA DE C. REI**

No uso da palavra, disse ao senhor Presidente da Câmara que ele devia ter mais cuidado com as afirmações que faz. O senhor Presidente da

Câmara só não esteve na última festa dos bombeiros, porque lá estava o senhor Ferreira Torres. O senhor Ferreira Torres é um homem sério e até ofereceu uma ambulância aos bombeiros.

### **DRA. AMÉLIA OLIVEIRA - PSD**

No uso da palavra referiu-se ao tom jocoso que o senhor Presidente da Câmara usou relativamente ao trabalho das mulheres porque esqueceu-se de dizer que as mulheres portuguesas são das que mais trabalham na Europa. O senhor Presidente nessa sua intervenção não fez mais que usar a figura do macho latino. Tem dois filhos homens e espera bem que eles não tomem um dia atitudes destas porque ficavam-lhes muito mal.

### **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra chamou a atenção para que as pessoas estudem os assuntos antes de virem para as Assembleias. Não sabe o que é que o litoral tem de melhor. Conhece situações bem piores no litoral. Relativamente ao abstencionismo das mulheres ao emprego, disse que conhecia bem alguma das razões que levam as mulheres a isso. A sua mulher, por exemplo tem um grau de abstencionismo muito baixo.

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se de imediato ao período de intervenção do público. Como ninguém se inscreveu, passou-se de imediato ao período da ordem do dia.

## **PERIODO DA ORDEM DO DIA**

### **PONTO Nº 1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE SETEMBRO DE 2010**

Relativamente a este ponto ninguém usou da palavra, embora tenha sido solicitado pelo senhor Deputado Eng. Van Zeller que no texto da sua intervenção, na página 2, fosse intercalada a palavra "senhora" na frase da linha 3.

Passou-se de imediato à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA - 0**

**ABSTENÇÕES - 3**

**VOTOS A FAVOR – 62**

A acta foi também aprovada em minuta por UNANIMIDADE.

### **PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA.**

Relativamente a este ponto nenhum senhor deputado usou da palavra.

### **PONTO Nº 3 – ANÁLISE. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2001**

Usaram da palavra os senhores:

Começou por usar da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse que não valia a pena dar qualquer explicação pormenorizada acerca dos documentos agora em análise porque o relatório que os acompanha é suficiente e esclarecedor.

#### **DR. VITOR BRIGA REI – PSD**

O senhor iniciou a sua intervenção dizendo que “é neste momento que se pode traçar todo o propósito a atingir no que ao planeamento de investimentos diz respeito... sendo para isso necessário que haja uma linha orientadora, um fio que nos sirva de orientação para uma gestão séria, rigorosa, justa e sobretudo, ambiciosa dos investimentos a realizar num futuro próximo”. A intervenção do senhor deputado encontra-se nos anexos desta acta – ANEXO 7 – onde pode ser lido na íntegra.

#### **SR. ILIDIO PINTO – PRESIDENTE DA JUNTA DE C. REI**

No uso da palavra começou por dizer que como habitualmente só ele como Presidente de Junta é que fala do Orçamento. Para os outros parece que está tudo bem. Perguntou como é que as Juntas vão pagar as despesas correntes com tão pouco que vão receber.

A intervenção integral do senhor Presidente da Junta, está nos anexos desta Acta – ANEXO 8 – onde pode ser lida na íntegra.

#### **SR. AVELINO CARMO – PS**

No uso da palavra, começou por referir-se à intervenção do Dr. Vítor Rei, quando este diz que cada Junta vai só receber 2.500 euros, o que parece não ser verdade e isso até foi dito pelo senhor Ilídio Pinto que embora diga que é pouco, refere o valor de 7.500 euros.

Quanto às Caldas das Murta não vai deixar que seja o PSD a assumir o processo das Caldas das Murtas. Foi no seu tempo de Vereador que o processo de iniciou. As nascentes que se conhecem são caudais à superfície sabendo que algumas delas estão inquinadas. Depois dos trabalhos que foram feitos no antigo Parque de Campismo, tudo leva a crer que possa ser feito ali o edifício das termas. Está pedido o licenciamento e por isso tudo indica que o processo vai até final.

Foi também a Câmara acusada de ter pessoal a mais. Isso não é verdade porque se analisarmos os números, Amarante tem apenas 42% do orçamento para despesas correntes, incluído salários, o que denota que efectivamente não tem muito pessoal.

#### **DR. ANTÓNIO RICARDO – PRESIDENTE DA J. DE VILA CAÍZ**

No uso começou por dizer que não concordava com as palavras do senhor Presidente da Junta de Carvalho de Rei. Não lhe ficam bem algumas

das palavras que disse. O orçamento tem efectivamente grandes cortes, mas a crise assim o exige. Esperemos que para o ano seja melhor.

### **SR. ILÍDIO PINTO – P. DA JUNTA DE CARVALHO DE REI**

No uso da palavra, começou por dizer que não aceitava lições do senhor Presidente da Junta de Vila Caíz. Na intervenção que anteriormente fez pediu para a sua freguesia, e na sua maneira de pensar os outros deviam fazer o mesmo.

### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

No uso da palavra, perguntou que com clareza lhe seja dito porque é que há um corte substancial nas verbas para algumas freguesias?

### **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra começou por dizer que devia ter entregue os documentos mais cedo ao PSD. O calendário apertado e a quadra que se vive contribuiu para a remissão dos mesmos mais tarde, coincidindo ainda com o fim-de-semana.

Respondeu de seguida ao Dr. Vítor dizendo-lhe que ele não fez mais nada do que reproduzir a declaração de voto do PSD na Câmara.

Disse-lhe que se juntarmos aos 26.000.000 euros da rubrica da educação, os valores das despesas fixas, o orçamento está mais ou menos feito. A elasticidade é mínima. Pediu-lhe também para que ele concretize porque é que as linhas orientadoras não são sérias nem ambiciosas?

Continuou a sua intervenção dizendo que não é no meio de uma reunião de Câmara que se aceita alterar a despesa, porque para isso é preciso dizer onde se vai buscar a receita. O PSD na sua declaração de voto vem tentar a paternidade de algumas obras. Podiam era falar nas obras novas. Quanto ao processo das termas, disse que é uma obra dispendiosa e de avanço muito lento. Para além disso há prioridades muito maiores. O empolamento das receitas sempre aconteceu.

Continuou a sua intervenção dizendo que a Rota do Românico envolve vários municípios e não só Amarante. É bom que todos figurem na rota. Amarante está num projecto de estudo arqueológico da Serra da Aboboreira. É um estudo partilhado entre Amarante, Baião e Marco de Canaveses.

Quanto aos centros escolares, disse que se a Câmara lançou o da Madalena/Lufrei e Gatão/Aboim/Chapa e porque tem verba para isso. Se assim não fosse, não os lançavam.

Respondeu ao senhor Ilídio Pinto que é ele quem efectivamente manda em Carvalho de Rei. O Município não tem nenhuma responsabilidade no envio de verbas para as Juntas. Não foi o PSD quem lançou os protocolos. Por outro lado, também tem sido norma que no primeiro ano de mandato não se instituem protocolos. Os cortes nas receitas levam a que as Juntas também tenham menos dinheiro. As freguesias vão receber menos 10% para despesas correntes. As Juntas vão ter mais 400.000 euros. Vão receber em duodécimos para substituir os protocolos.

## **DR. VITOR BRIGA REI – PSD**

Usou de novo a palavra para dizer que não é o PSD que tem de fazer a gestão. Agora, entende que em vez de se fazer arrelvamento sintético dos campos de futebol, podia a Câmara em vez disso mandar relvar o Estádio Municipal porque assim já poupava muito dinheiro. O que ali vai ser gasto, daria certamente para dar muito mais às juntas de freguesia.

Percebe-se também que as verbas para a reabilitação urbana já estão esgotadas até 2015.

Perguntou também ao senhor Presidente da Câmara se ele tinha algum conhecimento de uma notícia vinda no Jornal Público acerca da desclassificação e encerramento definitivo da Linha do Tâmega.

## **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra o senhor Presidente começou por dizer que asneira puxa asneira. O Dr. Vítor Rei sabe muito bem que quem faz um orçamento tem de lá colocar a receita e a despesa. O que está inscrito para “campos de futebol”, é fruto de um empréstimo que não pode ser usado para outro fim. O Dr. Vítor bem sabe isso.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA – 17**  
**ABSTENÇÕES – 6**  
**VOTOS A FAVOR - 51**

Foi também aprovado em minuta por UNANIMIDADE.

O senhor **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREIXO DE CIMA** fez uma declaração de voto onde disse que votou a favor porque antes de o fazer ponderou a decisão entre a política e o interesse da freguesia. Esta é uma má altura para gerir, mas com boa vontade e em colaboração da Câmara certamente vai continuar a fazer-se alguma obra.

## **PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO RELATIVO AO LICENCIAMENTO DE UM POSTO DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS DOS NA PEDREIRA DE VÁRZEA**

Usaram da palavra relativamente a este ponto os senhores:

## **SR. ILIDIO PINTO – PRESIDENTE DA J. DE C. REI**

No uso da palavra perguntou que utilidade pública é aquela? Tratando-se da empresa Mota Engil e a ser aprovado este pedido não será que se vai abrir um precedente para muitas outras situações?

### **SR. FERNANDO CARNEIRO – PSD**

O senhor deputado fez uma intervenção onde começou por dizer que o interesse público municipal é um conceito jurídico indeterminado.

Termina a sua intervenção a dizer que “estamos então prestes a declarar o interesse público municipal de um posto de combustível ou estamos a declarar o interesse publico municipal de uma pedreira, de todos os seus anexos onde é incluído um posto de combustível?”

A intervenção do senhor deputado encontra-se nos anexos desta acta - ANEXO 9 - onde pode ser lida na integra.

### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

No uso da palavra começou por dizer que tentou perceber o emaranhado de confusões que todo o processo contém. Por principio, não é contra a colocação de um posto de combustível nas empresas que precisem dele. Perguntou se a pedreira é da Mota Engil ou da Geogranitos?

O pedido foi indeferido com base em pareceres técnicos.

É estranho porque num passe de mágica um parecer jurídico da autarquia altera todo o processo criando um imbróglio. Afinal quem explora a pedreira? É quem fez o pedido ou outra empresa a quem está cedida a pedreira? Porquê isto tudo?

### **DRA. ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra começou por dizer que todos sabemos que na proposta não qualquer interesse público. Agora, é legítimo que a empresa em causa o queira. Se vamos tornar hábito o interesse público, podemos estar a abrir um grave precedente para muitas outras situações. A Câmara não pode estar sempre a resolver os problemas das empresas privadas. Quando se instalam devem pensar nesses problemas.

### **SR. RAIMUNDO MAGALHÃES – PS**

No uso da palavra, disse que não concordava com as palavras da oradora anterior quando esta diz que a Câmara não tem que ajudar as empresas.

### **DRA. OCTÁVIA CLEMENTE – VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra começou por dizer que não era a primeira vez que declarações deste género vinham à Assembleia Municipal. Parece que o problema é o facto de ser a Mota Engil a pedir. A Câmara sempre que possível e for legal deve colaborar. A pedreira já funciona de 1988. O PDM não classifica aquela zona e por isso a actividade da pedreira está dependente dos itens de classificação constantes em PDM.

À época em que foi dado o parecer do gabinete jurídico, o regime da reserva era outro.

Se a pedreira está ou não em fim de vida não sabe. Sabe é que tem as licenças em ordem. O posto de abastecimento é para uso próprio.

Continuou a sua intervenção, dizendo que os requerimentos são feitos em nome da Mota Engil, porque parece que a empresa Geogranitos já não existe.

O regime da Reserva Ecológica obriga a que casos como este tenham de obter a aprovação da Assembleia Municipal para obterem a declaração de interesse público.

Disse também que quando tanto se pede para a Câmara colaborar e apoiar as empresas privadas, vem agora alguém dizer que afinal não se deve apoiar. Agora, é efectivamente verdade que o conceito de utilidade pública e de difícil explicação.

#### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

No uso da palavra, disse à senhora Vereadora para ela não por na sua boca palavras que ele não disse, porque o que ele disse é que é legítimo que as empresas tenham os seus próprios postos de abastecimento de combustível. A senhora Vereadora não lhe respondeu se quem faz o requerimento é a Mota Engil ou a Geogranitos? Já lá havia um posto. Será que houve algum problema com esse posto?

#### **DRA. ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra, disse que nada tem contra a empresa em questão e aliás nem sequer referiu o seu nome. Apenas chama a atenção para o precedente que com esta aprovação se pode abrir.

#### **SR. FERNANDO CARNEIRO – PSD**

No uso da palavra perguntou se está em causa o licenciamento de um posto de combustíveis ou da pedra? A declaração vai afinal servir para quê?

#### **SR. AVELINO CARMO – PS**

No uso da palavra disse que se fosse a primeira vez que fosse votado um assunto destes até entendia que houvesse alguma discussão. Parece--lhe que isto é uma questão menor. Se não o fizermos estamos também a abrir um precedente, porque outras empresas que queiram alargar ou melhorar as suas instalações ficam impedidas de o fazer.

A Mota Engil continua a ter a sua sede em Amarante. Nunca negou apoio a quem quer que seja e como tal temos de ter em conta isso. A sua bancada vai votar a favor.

#### **DR. ADRIANO SANTOS – CDS**

No uso da palavra perguntou qual o fundamento do interesse público. Como não aparece na proposta, não pode votar em consciência.

#### **ENG. HENRIQUE BATISTA – PSD**

No uso da palavra disse que a primeira parte da intervenção do senhor Avelino Carmo o convenceu. Já a segunda parte não. Mas como a primeira parte foi mais forte, ficou convencido. Agora, pede é que para o futuro se continue a usar o mesmo critério.

**DRA. ERCILIA COSTA – PS**

No uso da palavra, disse que a CCDR N diz que a competência para estes casos não é da Câmara. Cabe então à Assembleia Municipal resolver o assunto. O rosto que está por trás deste pedido tem nome e neste momento parece-lhe que não podemos impedir que isto não seja aprovado.

**DRA. ELISA ANTUNES - BE**

No uso da palavra disse que vincava de novo que não pôs em causa o nome da empresa que faz o pedido. O que está em causa é se o pedido da colocação do posto é ou não de interesse público. É só isso.

**DRA. AMÉLIA OLIVEIRA - PSD**

No uso da palavra disse que o conceito de interesse público é um conceito muito abstracto. Cada deve agir consoante a sua consciência. Votará a favor.

**DRA. OCTÁVIA CLEMENTE – VICE PRESIDENTE**

No uso da palavra disse que efectivamente a Câmara nada tem a ver com o facto de ser uma empresa privada ou não. Os depósitos efectivamente estão lá. Apenas se pede a legalização. A proposta foi feita independentemente de quem seja a firma. Se conseguirmos legalizar esta situação, tanto melhor. Disse também ao senhor deputado Fernando Carneiro que o “interesse público” vai ser dado pelo senhor Ministro do Ambiente e Território. A Assembleia Municipal e a Câmara, apenas colaborarão neste parecer.

**ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

No uso da palavra, disse que os tempos que aí vem são difíceis. Pediu que as intervenções do senhor deputado e a do senhor Avelino Carmo e a sua fiquem exaradas em acta para memória futura.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Desta votação apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA – 2**

**ABSTENÇÕES – 2**

**VOTOS A FAVOR – 69**

A proposta foi também aprovada em Minuta por UNANIMIDADE.

**PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO AUMENTO DE CAPITAL DA SOCIEDADE “ENSINO PROFISSIONAL DO ENTRE DOURO E TÂMEGA, SA**

Usaram da palavra relativamente a este ponto os senhores:

**ENG. HENRIQUE BATISTA – PSD**

No uso da palavra, o senhor deputado fez uma intervenção onde começou por dizer que “por iniciativa o senhor Presidente da Câmara Municipal de Amarante, mas também por deliberação do Executivo sobre a Proposta de “aumento de capital da Sociedade de Ensino profissional de Entre Douro e Tâmega SA, vê-se esta Assembleia confrontada com o inverosímil e o absurdo de ficar na contingência de despender mais 560.445,00€, a somar aos 250.000,00€ já financiados em 2003 para salvar da falência uma instituição privada que é uma sociedade anónima e sobre a qual esta Assembleia continua sem possuir informação... .

A intervenção do senhor deputado encontra-se nos anexos desta acta - ANEXO 10 – onde pode ser lido na íntegra.

**DRA. ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra começou por dizer que as receitas cobrem as despesas, mas afinal não chegam para cumprir os compromissos. Parece estranho como é que uma escola profissional tem 53 professores e 25 funcionários.

Será que sempre que a escola tiver problemas financeiros vai ter de ser a Câmara a suportá-los. Foi há uns anos “extinta” ou integrada nesta escola a escola de Artes e Ofícios e não consta que se tenha dado apoio financeiro a essa escola depois de todos sabermos que também apresentava problemas financeiros. Não lhe parece muito bem que nesta altura de crise se injecte ali dinheiro. Será que a Câmara já reservou para 2011 alguma verba destinada a apoiar as famílias carenciadas que venham a precisar dele? Dar paliativos a uma instituição que tem uma doença fatal não lhe parece muito bem.

**DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

O senhor Presidente da Câmara respondeu aos senhores deputados dizendo-lhes que a actual administração não é responsável pela dívida. A dívida é muito antiga e esta administração ficou com a obrigação de pagar as dívidas, nomeadamente as do património. Portanto, ou aceitamos que a escola continue a prestar um serviço público e continuamos a financiar, ou se não queremos prestar esse apoio devemos fechá-la. O apoio que é dado resulta da lei e não mais do que isso. Quanto ao rácio de emprego, na escola disse que é perfeitamente normal.

Uma das razões dos prejuízos da escola era o mau funcionamento dos laboratórios. Separou-se o laboratório do resto da escola de forma a minimizar os prejuízos. A actual administração não é responsável por este débito.

Respondeu de seguida à senhora deputada Elisa Antunes dizendo-lhe que ela usou a demagogia do costume na intervenção que fez. Referiu a Escola de Artes e Ofícios dizendo à senhora deputada que ela foi extinta porque para além de má gestão foi-o também por força da lei.

Continuou a sua intervenção para dizer que a Câmara nunca contraiu nenhum empréstimo para pagar salários, nem utilizou qualquer outro dos que tem contratado para o fazer.

Terminou a intervenção referindo-se de novo à escola para dizer que a escola tem neste momento 304 alunos nos cursos regulares e mais 972 adultos em processo de formação. Sendo assim interessa saber se os senhores deputados querem ou não a escola aberta.

### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

No uso da palavra, disse que quantidade não é sinónimo de qualidade. Ponto número 1. Ponto número 2 – O senhor Presidente da Câmara não explicou porque razão a Câmara não assume por completo a gestão da Escola de Vitivinicultura. Se o fizer a Câmara passa a estar condicionada pela deliberação da Assembleia Municipal.

Mas voltemos ao que interessa. O que está em causa é que uma sociedade anónima tem vários sócios e um problema de tesouraria, condicionado por um empréstimo que vem de trás, no valor de 1.200.000 euros. O que se discute hoje na Assembleia é que sempre que em algumas associações de que a Câmara faça parte, tem necessidade dinheiro seja ele de que natureza for. Neste caso, a Câmara injecta dinheiro e os outros sócios injectam bens. É disto que discorda. Este é que é o problema. Em 1991, foi a ADBT patrono da Escola. Depois passou a ser a ADRET.

O senhor Presidente sabe quem era o Presidente da ADRET na altura? Chamava-se Armindo Abreu e recusou ficar com a escola porque não era viável.

O senhor Presidente da Câmara deve ter ouvido o conselho do senhor Dr. Abel Coelho quando na Assembleia de 28 de Junho de 2003. dizia que a Escola António Lago Cerqueira não resistiria ao fim dos apoios comunitários. Também tem a mesma ideia. Se o senhor Presidente da Câmara, que também foi Presidente da Escola não quis a Escola, é com espanto que o ouve dizer agora que aquilo é uma escola mil maravilhas. Mas mil maravilhas para quê? Para entrarmos com dinheiro?

Continuou a sua intervenção dizendo que em 2000 solicitou por requerimento escrito informação relativa à Escola e à ADRET e recebeu como resposta que o Presidente da Câmara não tinha nada que prestar informações porque não era nada com ele. Embora, na altura estivesse lá na qualidade de cidadão Armindo Abreu, a Câmara fazia parte da sociedade. Por isso é que é bom guardar os documentos, porque no futuro acabam por fazer jeito. A ADRET não quis a escola porque não era viável. Agora a sócia Câmara já acha que a escola é viável. Como é que em tão pouco espaço de tempo mudam de opinião? Como é que até hoje não deram conta desta informação?

### **DRA. ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra começou por dizer que já tinha saudades de ouvir o senhor Presidente da Câmara dizer que o BE usa de demagogia. Apenas

fez perguntas. Será que a Câmara tem condições de acautelar qualquer medida que vise combater a crise que aí vem, principalmente no que diz respeito às famílias mais carenciadas? De quem vai ser a responsabilidade de cada vez que uma administração fizer dívidas?

**DRA. ERCILIA COSTA - PS**

No uso da palavra disse que o mais importante neste processo é os alunos. Vamos impedir que os alunos concluam o curso? Não há outras escolas por perto que possam garantir a finalização dos cursos.

**ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

No uso da palavra, começou por dizer que ficou surpreendido com a intervenção da senhora deputada Ercília Costa, porque não a viu assim preocupada quando se anunciou o fecho de algumas escolas, o que obriga os alunos a deslocarem-se de um lado para outro.

Não vai discutir a avaliação que é feita da escola. Agora, quer é que as pessoas que fazem má gestão sejam responsabilizadas por isso. Se a Câmara subsidia tem de saber como é que é feita essa gestão.

**DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD**

No uso da palavra disse que estamos a falar do presente e do futuro da escola. Há todo o interesse em manter a escola a funcionar, mas tem dúvidas em saber se este aumento de capital vai ser suficiente ou não para manter a escola a funcionar. Vão votar a favor e com isso dar o benefício da dúvida.

**DRA. ERCILIA COSTA – PS**

No uso da palavra disse que o fecho das escolas tem em muitos casos sido benéfico para os alunos. Não defende nem defenderá nunca que a escola feche, seja porque motivo for.

**DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

Disse que há um débito consolidado à Caixa Geral de Depósitos para 3 anos. Não podemos andar sempre a adiar, mas se não colaboráramos a Caixa vai acabar por penhorar a escola. Existe também uma conta caucionada para as despesas de funcionamento, porque os fundos comunitários só em depois da despesa feita e paga.

A escola foi fundada à 20 anos. Não vamos agora culpar as direcções anteriores, porque pela análise que se pode fazer, verifica-se que não houve gestão danosa. O património está lá.

Será que é muito ter realizado um capital de 800 mil euros em 20 anos? Veja-se a mesma situação colocada a outras associações do concelho e pergunte-se o que é que elas fizeram em 20 anos.

Terminou a intervenção dizendo que relativamente à questão da pobreza não ia responder à deputada Elisa Antunes de propósito.

## **DRA. ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra disse que a dívida foi contraída para comprar um imóvel. Então se um de nós comprar um prédio, só depois é que vai dizer à Caixa que não tem dinheiro?

Por sua vez, o senhor Presidente da Câmara, disse que há inclusivamente professores que entraram com os salários em atraso para aumento de capital porque acreditam no projecto.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA – 2 do senhor deputado Eng. Henrique Baptista e senhora deputada Elisa Antunes.**

**ABSTENÇÕES – 7**

**VOTOS A FAVOR – 66 do PSD e do PS**

Foi também aprovado em minuta por UNANIMIDADE.

O senhor deputado, **ENGENHEIRO VAN ZELLER** fez uma declaração **de voto dizendo que se absteve porque tem dúvidas relativamente ao futuro da escola. Parece-lhe muito dinheiro.**

## **PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM**

Antes de ser dado início à discussão deste assunto, deu entrada na Mesa da Assembleia Municipal um Moção subscrita pela senhora deputada da CDU - ANEXO 11 - que a seguir se transcreve:

### **MOÇÃO – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM**

1 – A Lei das Comunicações Electrónicas nº 5/2004 consagra um princípio profundamente injusto, ao criar através da Taxa Municipal de Direitos de Passagem uma sobretaxa a suportar directamente e integralmente pelo consumidor final;

2 – Tal taxa não se trata de uma verdadeira contrapartida pela utilização privada e lucrativa do espaço público pelos operadores;

3 – Que tal taxa não apresenta qualquer relação com a extensão e intensidade dessa utilização do espaço público;

4 – São conhecidos casos em vários municípios, onde tal taxa nem sequer é entregue à autarquia apesar de ser cobrada aos consumidores;

A Assembleia Municipal de Amarante, reunida em 18 de Dezembro de 2010 delibera:

- Recomendar à Câmara Municipal que junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses e do Governo, diligencie no sentido da alteração da legislação de forma a que esta taxa seja aplicada às

empresas e não aos contribuintes, com forte penalização das empresas que não entreguem aos Municípios os montantes a que fiquem obrigadas. Amarante, 18 de Dezembro de 2010.

Esta Moção foi então posta à votação e aprovada por unanimidade. Inscreveram-se então para a discutir os senhores:

**PROF. CANDIDO MOREIRA – PS**

No uso da palavra disse que esta Moção da CDU é demagógica, porque pede que sejam só as empresas a pagar a taxa, quando todos sabemos que elas já estão demasiado carregadas. Será que o valor das taxas não deve reverter para as Câmaras, quando todos sabemos que na maioria das vezes essas empresas destroem tudo com a passagem dos cabo. Não vale a pena estar a discutir muito este assunto.

**D<sup>a</sup> LURDES TEIXEIRA – CDU**

No uso da palavra, disse que o que está em causa é o facto de serem sempre os mesmos a pagar tudo. As empreses deviam pagar essas taxas aos municípios.

**ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

No uso da palavra disse que pensa igual à deputada da CDU. Quem deve pagar essas taxas devem ser as empresas. Se as empresas se estão a servir dos municípios, devem pagar as taxas aos municípios.

**PROF. CANDIDO MOREIRA – PS**

No uso da palavra, disse que o engenheiro Baptista a par da deputada da CDU usa de demagogia, porque quando se imputam custos às empresas elas vão reflecti-los no produto final. Se assim não fazem tem maus gestores.

**DRA. ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra disse que a CDU faz uma recomendação e não uma proposta. A intervenção do Professor Cândido é que está carregada de demagogia.

**ENG. HENRIQUE BAPTISTA - PSD**

No uso da palavra, disse que quando tiver uma empresa vai contratar o professor Cândido para gestor porque fica com a certeza que ao outro dia a empresa não fechará.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apuraram-se os seguintes resultado:

**VOTOS A FAVOR – 69**

**ABSTENÇÕES – 7**  
**VOTOS CONTRA – 1**

O senhor deputado **ENGENHEIRO HENRIQUE BAPTISTA** fez uma declaração de voto, onde disse que se congratulava com a vitória da Moção apresentada pela CDU, porque parece que finalmente há liberdade na Assembleia Municipal.

Passou-se de imediato à discussão da **Proposta da Câmara**. Usaram da palavra os senhores:

**ENG. VAN ZELLER – PSD**

No uso da palavra começou por ler parte da proposta da Câmara nomeadamente a parte que diz que essa taxa é reflectida na factura. Os Vereadores do PSD fizeram uma declaração de voto que não anexa aos documentos. Por isso, leu essa declaração que diz que os senhores Vereadores do PSD votaram contra. Fez também a leitura de partes da acta de 2008 onde se diz que a taxa que agora discutimos deve ser paga exclusivamente pelas empresas. Nessa altura o senhor Presidente da Câmara disse que a receita apurada é ridícula e que em 2009 provavelmente iria deixar de ser cobrada. Afinal, não foi assim e por essa razão votarão contra.

**DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara deu a conhecer as receitas dos anos anteriores, dizendo que são efectivamente baixas. Disse também que não se pretende com estas taxas sobrecarregar os amarantinos. Este valor diz apenas respeito à passagem de rede de telecomunicações e rede fixa.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar passou-se de imediato à votação da proposta da Câmara. Apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA – 16**  
**ABSTENÇÕES – 1**  
**VOTOS A FAVOR – 52**

A proposta foi também aprovada em minuta por UNANIMIDADE.

**PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA MEDIDA “SUBSIDIO DE ARRENDAMENTO”**

Usaram da palavra os senhores:

**PROF<sup>a</sup> ROSA CASTRO – PSD**

No uso da palavra a senhora deputada fez a intervenção que se encontra nos anexos desta acta – ANEXO 12 –.

### **D<sup>a</sup> LURDES TEIXEIRA – CDU**

No uso da palavra disse que a CDU está contra esta proposta, porque não percebem como é que numa altura de crise se vai justificar aos beneficiários desse apoio de renda que o vão perder ao fim de dois anos. Será que neste prazo melhora tanto a situação das pessoas para que estas deixem de beneficiar desse apoio? Como é que se vai aferir a nova situação financeira?

### **PROF. JORGE PINTO – PS**

No uso da palavra começou por dizer que concordava com a última parte da intervenção da oradora. Questionou a Câmara no sentido de saber a quem é que as pessoas se vão dirigir ao fim de dos dois anos. Parece-lhe um prazo demasiado rigoroso. Apesar de se justificar este acto com a crise, não parece muito correcto que se vire a cara assim de repente a este grave problema. Oxalá que não fossem precisos estes apoios.

### **PROF. CANDIDO MOREIRA – PS**

No uso da palavra disse que por principio é contra a dependência. Ninguém pode dar tudo a todos durante toda a vida. Não podemos continuar a ter um país de subsídio dependentes. É nas alturas de dificuldades que se deve educar as pessoas alertando-as que as dificuldades são para todos. Apesar disso não podemos deixar de apoiar as pessoas assim de repente e acredita que a Câmara são deixará de apoiar situações de grande dificuldade.

### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

No uso da palavra perguntou se a proposta se reporta a agregados familiares estruturados ou a crianças de 10 anos?

### **PROF. PAULO VASCONCELOS – PRESIDENTE DA J.F. LOMBA**

No uso da palavra disse que o mal foi terem-se criado hábitos. As pessoas habituaram-se a viver de subsídios que começaram a ser atribuídos no Governo do Engenheiro Guterres. Provavelmente ele nunca pensou que estes apoios viessem a ter os resultados que hoje se vêem. Houve realmente gente que se aproveitou. Hoje, com a crise que se instalou temos de cortar e corrigir em algum lado.

Agora, também é verdade que por exemplo na sua freguesia houve famílias que passaram do muito mau para o muito bom, e muitas convenceram-se que a benesse ia durar para sempre. Se se vier a verificar este corte, haverá certamente muitas famílias que irão passar muitas dificuldades porque não se prepararam para esta nova situação. Pediu à Câmara que tenha atenção a estes casos. Alertou também a Câmara para que tenha em conta os idosos/reformados porque estes não vão, nesta altura da vida, poder alterar a sua situação económica e por isso é importante que a Câmara ao aplicar estas medidas tenha isso em atenção.

Neste grupo de pessoas, estão incluídas muitas que são quer economicamente e socialmente muito frágeis.

### **DR. ABEL COELHO – VEREADOR**

NO uso da palavra começou por dizer que as não reflectem naquilo que dizem. Muitas vezes as pessoas dizem aquilo que nem sequer pensam.

A ideia da proposta é que com a crise se corte um bocado a cada um.

Não podemos aumentar ao bolo. Temos é de partir em fatias mais pequenas para apoiar mais famílias.

O limite de dois anos impõe-se porque se assim não fosse mais nenhuma família podia beneficiar de apoio. Também não era justo que ao fim de 6 anos a beneficiar as famílias que agora são apoiadas perdessem de imediato o apoio. A medida já tem 4 anos com a hipótese de usufruir dela mais dois anos. Daí a proposta falar nos 6 anos.

Só se fazem os certos anualmente porque as medidas de apoio são contabilizadas de acordo com os rendimentos familiares. As autarquias não podem continuar a financiar o estado.

Seguidamente o senhor **PRESIDENTE DA JUNTA DA LOMBA**, perguntou como é que ia ser com os reformados e com aqueles de muito baixo rendimento?

### **DRA. ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra começou por dizer que todos somos contra a dependência. O Dr. Abel formalmente falou em crise. Quando a crise é excepcional é preciso haver medidas excepcionais. Todos sabem o quanto é importante o subsidio de arrendamento. Se o bolo é pequeno, é preciso arranjar outro bolo. Afinal até nem parece difícil, porque se arranja dinheiro para dar subsídios à Escola, também será fácil arranjar dinheiro para ajudar às famílias.

Justiça social é ajudar os mais carenciados e urge encontrar medidas excepcionais.

### **PROF. JORGE PINTO – PS**

No uso da palavra, disse que compreendia as razões do Dr. Abel Coelho, mas não deixa de ficar preocupado com o que vai acontecer às famílias que vão, dentro de dois anos deixar de ter o apoio financeiro que até agora tem tido.

Esta nova medida não está balizada no tempo. Há famílias que estão numa situação de dependência há 10 ou 15 anos e não conseguem melhorias. O que vai acontecer a estas famílias? Não parece muito justo que se façam estes cortes cegos. O Regulamento prevê o acompanhamento das famílias pelos técnicos da autarquia. É nessa altura que caso a caso devem ser tidas em conta as excepções.

### **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, disse que esta medida vai permitir apoiar muito mais famílias. No princípio as famílias que usufruíam desse apoio eram

poucas, porque muitas pessoas não acreditavam na medida e porque também não havia a informação que há hoje.

A maioria das pessoas não preza muito pela verdade. Havia senhorios que sabendo do apoio aos seus inquilinos, aumentavam-lhes a renda demasiado.

Quem tem de apoiar socialmente é o estado. Há hoje muito gente que veio morar para Amarante, porque existe cá esta medida. Em todo este processo há gente menos séria. A medida é séria e só deve servir gente séria. O limite nos dois anos vão de certo modo impedir as negociações entre caseiros e senhorios. Este prazo dará tempo para avaliar estas alterações.

Perguntou de seguida à senhora deputada Elisa Antunes onde é que ela quer cortar, de modo que ao limitar o investimento possa ter dinheiro para subsidiar? Despedem-se funcionários?

Por sua vez a senhora deputada **ELISA ANTUNES** disse-lhe que não tem uma solução imediata. Agora, sabe que não é difícil arranjar uma solução, porque como atrás disse para situações excepcionais, devem procurar-se medidas excepcionais. Terminou a sua intervenção dizendo ao senhor Presidente da Câmara que ele não se deve zangar sempre que alguém discorda das propostas da Câmara.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra relativamente a este ponto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a sua votação.

Apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA – 2 do BE e da CDU**

**ABSTENÇÕES – 22**

**VOTOS A FAVOR – 50**

Este ponto da agenda de trabalhos foi também aprovado em Minuta por Unanimidade.

Quando eram 14,30 horas o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. Da presente, foi lavrada esta acta que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

**O PRESIDENTE** \_\_\_\_\_

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

**O SEGUNDO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_